

Assinado por : **RUI MANUEL COSTA VIEIRA DE**

CASTRO

Num. de Identificação: 03587725

Data: 2022.06.08 10:49:06 +0100

Autorizado em
Conselho de Gestão



Universidade do Minho

Serviços de Acção Social

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO N.º 004/2022

AQUISIÇÃO DE CAFÉ

POR LOTES

ARTIGO 1.º

IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO

1 - O presente concurso tem por objeto principal a **aquisição de café, por lotes**, para fornecer às unidades alimentares, descritas a baixo, conforme o **Anexo A** do Caderno de Encargos.

Braga:

- Armazém de Gualtar, Restaurante Panorâmico, Grill, Bar do Grill, Cantina, Bar dos Professores, Bar CP 1, Bar CP 2, Bar CP 3, Bar 4 (Eng/ICS), Bar 5 (MED), Bar UMinho Sports. Localização: *Campus* de Gualtar, 4710-057 Braga;
- Snack/Bar dos Congregados. Localização: Edifício dos Congregados, Avenida Central, 4704-553 Braga;
- Bar das Residências de Sta. Tecla, Cantina Sta. Tecla. Localização: Rua Francisco Machado Owen - Sta. Tecla, 4715-021 Braga.

Guimarães:

- Armazém de Azurém, Rampa B, Grill, Cantina, Bar de Eng.º I, Bar de Arquitetura, Bar do Auditório, Bar de Eng.º II. Localização: *Campus* de Azurém, 4800 - 058 Guimarães;
- Bar das Residências. Localização: Residência Universitária de Azurém: Bloco G2, Rua de Francos, nº1087 Azurém 4800-042 Guimarães;
- Bar Centro de Ciência Viva. Localização: Rua da Ramada, n.º 166 S. Sebastião 4810-445 Guimarães.

2 - Sempre que no presente procedimento sejam referenciadas marcas de produtos, a referência tem apenas a função de orientar a definição das características dos bens ou produtos, o objeto do contrato é a aquisição do produto dessa marca/produto “ou equivalente”.

ARTIGO 2.º

ENTIDADE PÚBLICA ADJUDICANTE

1 – Identificação e contactos da entidade pública adjudicante:

Designação da entidade adjudicante: **Serviços de Acção Social da Universidade do Minho (SASUM)**, com sede no *Campus* de Gualtar, com o Código Postal 4710-057, sítios em Braga. Contactos: telefone: 253 601450, fax: 253 601451 e e-mail: contratacao-dcf@sas.uminho.pt.

O serviço/órgão/pessoa de contacto: Administrador dos SASUM.

2 - A decisão de contratar foi autorizada a 02 de março de 2022, por deliberação do **Administrador** dos Serviços de Acção Social da Universidade do Minho, Professor Doutor António Maria Vieira Paisana, ao abrigo da competência delegada pelo Conselho de Gestão dos SASUM, conforme Deliberação n.º 381/2019, publicada na 2.ª série do Diário da República n.º 64, de 1 de abril de 2019.

3 - O Aviso do presente Concurso é objeto de publicação em Diário da República.

ARTIGO 3.º

CONCORRENTES

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, doravante CCP.

ARTIGO 4.º

AGRUPAMENTOS

1 - É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

2 – Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

3 – Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

4 - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, tendo em vista o fornecimento

ARTIGO 5.º

FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1 – As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do *site* eletrónico: <https://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 133.º do CCP.

2 – O acesso às referidas peças é gratuito, e é feito através de download das mesmas, na plataforma eletrónica.

3 – Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do presente artigo, as peças do procedimento estão disponíveis nos serviços da entidade adjudicante, no endereço mencionado no artigo 2.º, para consulta dos interessados, durante o horário de expediente (das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h, dias úteis), desde o dia da publicação do anúncio, até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas

ARTIGO 6.º

ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1 – No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo,

devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

2 — Para efeitos do CCP consideram -se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

3 — A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea *a)* do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

4 — O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores tem as consequências previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 378.º do CCP.

5 — Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a) O júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

6 — O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea *b)* do número anterior.

7 — Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como, prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo, neste caso, atender -se ao disposto no artigo 64.º do CCP

8 — Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

9 — Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 7.º

PREVALÊNCIA

As normas constantes do CCP, relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes

ARTIGO 8.º

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1 - A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

2 - A proposta a apresentar pelos concorrentes terá de ser constituída pelos seguintes documentos:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao CCP, que constitui o **Anexo A** do presente programa;

b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da **proposta**, com indicação do nome ou denominação, endereço, fax e e-mail da entidade e referência ao procedimento, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nomeadamente o preço unitário por lote **a que pretende apresentar proposta, acrescido de todos os impostos legais devidos.**

O concorrente deve indicar na proposta, o **prazo médio de entrega**, isto é, dias da semana a que faz entregas nas unidades mencionadas no artigo 1.º deste programa;

Deve o concorrente indicar qual o(s) colaborador(s) de contacto, para questões relacionadas com a execução do contrato.

O concorrente deverá ainda preencher o mapa de quantidades no ficheiro disponibilizado na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública ACINGOV, com os valores da proposta de preço para cada lote.

c) **Certidão do registo comercial**, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente;

d) **No decorrer do prazo para apresentação da proposta, deve o concorrente entregar uma amostra(s) do(s) lote(s) a que concorre (lote 1 a 3), no Armazém de Gualtar dos SASUM**, sito no *Campus* de Gualtar, em Braga, sob pena de exclusão, de acordo com o artigo 17.º deste programa.

3 - O concorrente pode ainda apresentar outros documentos que considere indispensáveis para efeitos de avaliação dos atributos da proposta especificados na alínea b) do n.º 2, de acordo com os quais se dispõe a contratar.

4 - A declaração referida na alínea a) do n.º 2 deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, quando não forem os constantes do pacto social devem ser acompanhados de respetivo instrumento de mandato ou procuração.

5 – Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do n.º 2 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

ARTIGO 9.º

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1 – Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados até às **23:59:00 horas do 9.º dia a contar da data do envio, para publicação**, do anúncio em Diário da República, diretamente na plataforma eletrónica supra identificada.

2 - Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser **assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada** do concorrente ou seu representante, nos termos do disposto nos artigos 68.º, 69.º e 70.º 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto e n.º 4 e 5 do artigo 57.º do CCP. **Os documentos deverão ser assinados individualmente, ainda que possam ser enviados em formato comprimido** (zip ou pdf). Ou seja, no caso de enviarem vários documentos agregados num só ficheiro pdf/zip, têm o dever legal de, previamente, assinarem digitalmente cada um dos documentos autónomos.

3 - Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, nomeadamente no caso do cartão do cidadão, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ou procuração.

4 - Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, podendo apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

ARTIGO 10.º

PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1 - A pedido fundamentado de qualquer interessado, que tenha acedido às peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

2 - A decisão de prorrogação é junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos do anúncio de abertura do concurso.

3 - As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º, nos n.os 1 a 3 do artigo 131.º, no n.º 1 do artigo 167.º, no artigo 197.º e no artigo 208.º do CCP.

ARTIGO 11.º

IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, incluindo os documentos a que se refere o n.º 3 do artigo 8.º do presente programa.

No caso das **fichas técnicas**, além de língua portuguesa, aceitam-se que sejam redigidos em língua inglesa, espanhola e francesa.

ARTIGO 12.º

PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do CCP.

ARTIGO 13.º

INDICAÇÃO DO PREÇO

1 – Pela execução do contrato e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, poderá a entidade adjudicante pagar ao adjudicatário até ao montante máximo **206.433,56 € (duzentos e seis mil, quatrocentos trinta e três euros e cinquenta e seis cêntimos)**, que corresponde aos preços base unitários dos lotes discriminados no Anexo A do Caderno de Encargos, multiplicado pelas quantidades ali referidas, definido tendo por base a consulta preliminar ao mercado, nos termos do artigo 35.º A do CCP, cuja informação se anexa (Anexo F), realizada no âmbito do planeamento procedimental. A este valor acrescem todos os impostos devidos, à taxa legal aplicável.

2 - Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos, arredondados no máximo a três casas decimais, apresentado na unidade de medida que consta no anexo A do Caderno de Encargos (Ex: quilograma, molho, litro, unidade, etc.), devendo incluir outras taxas legais aplicáveis (ex: Eco-valor, IEC, etc), com exceção do IVA, devidamente identificadas por artigo/lote.

3 - A proposta deve mencionar que ao preço total acresce o IVA, bem como o montante e a respetiva taxa legal.

4 - Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

5 - Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos no **máximo a três casas decimais**.

6 - No caso de agrupamentos de concorrentes, estes devem indicar na proposta os preços parciais correspondentes a cada um dos seus membros.

ARTIGO 14.º

PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme artigo 65º do CCP.

ARTIGO 15.º

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1 - Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.

2 - A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta é notificada aos interessados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3 - Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos números anteriores.

4 - Se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a classificação de documentos que constituem as propostas, será promovida, oficiosamente, a respetiva desclassificação, informando-se do facto todos os interessados.

5 - Quando, por força da classificação de documentos que constituem a proposta, não seja possível apresentá-los nos termos do disposto no artigo 9.º ou no prazo fixado neste programa do procedimento, pode ser estabelecido, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

ARTIGO 16.º

LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

1 – O júri, no dia útil imediatamente subsequente ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes através da plataforma eletrónica.

2 - Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica referida no número anterior.

3 - O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.

4 - Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias aplicações, o disposto nos n.ºs 1 e 2.

ARTIGO 17.º

ENTREGA DAS AMOSTRAS

1 - A(s) amostra(s) deve(m) ser entregue(s) no **Armazém de Gualtar dos SASUM**, sito no *Campus* de Gualtar, em Braga, **no decorrer do prazo apresentado para apresentação das propostas**, sob pena de exclusão.

As quantidades a entregar serão:

- Lote 1 – 20 unidades (unidoses)
- Lote 2 – 20 unidades
- Lote 3 – 1 kg

2 – O concorrente deverá entregar **amostras** por cada lote/artigo que deseja apresentar proposta, descrito no **Anexo A** do Caderno de Encargos e respetivas fichas técnicas, para avaliação da qualidade, através dos procedimentos descritos no **Anexo C** deste programa, de forma a permitir a avaliação do fator da qualidade, a verificação dos requisitos e especificações técnicas dos produtos nos termos do disposto no Caderno de Encargos e a garantir o máximo grau de satisfação/procura dos utentes dos SASUM

3 – A(s) amostra(s) deve(m) ser entregue(s) no **Armazém de Gualtar dos SASUM**, sito no *Campus* de Gualtar, em Braga, de acordo com o definido no referido **Anexo C**, contra recibo, acompanhadas de guia de entrega, conforme **Anexo E** do presente programa e/ou documento equivalente, nomeadamente a Guia de Transporte/Remessa.

4 – **A não entrega da amostra** definidas no **Anexo C** do presente programa, acima mencionado, nos termos descritos, **constitui motivo de exclusão**, por impossibilidade de avaliação da proposta e por impossibilidade de confirmação do cumprimento dos requisitos e especificações técnicas exigidas, nos termos previstos no n.º 1 do presente artigo e da alínea c) do n.º 2 do artigo 20.º do presente programa.

5 – Não poderá ser cobrado aos SASUM qualquer valor pela entrega da(s) amostra(s).

6 - A(s) amostra(s) deve(m) **ser obrigatoriamente** entregue(s) com **rotulagem** redigida em língua portuguesa. Na impossibilidade de entrega de amostra com rotulagem, ou seja, uma unidade de venda completa, deve a amostra ser acompanhada pela ficha técnica de forma a confirmar os requisitos exigidos conforme já requerido no número 4 do presente artigo.

7 – A entrega de amostra do **lote 2**, deverá ser acompanhada da respetiva máquina de café.

8 - A entrega de amostra do **lote 3**, poderá ser acompanhada da respetiva máquina de café e moinho, se o concorrente assim entender.

9 – Os concorrentes serão notificados da data e hora em que se realizarão as provas organoléticas, podendo assistir, mas não intervir. Será permitido calibrar os moinhos para a prova do **lote 3**.

ARTIGO 18.º

ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

- 1 - O júri do procedimento pode solicitar aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
- 2 - Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes sobre as propostas apresentadas fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem vise suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 20.º do presente programa.
- 3 - O júri deve solicitar aos candidatos e concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias úteis, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas e candidaturas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de tratamento.
- 4 - O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas candidaturas ou propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
- 5 - Os pedidos de esclarecimento referidos nos números 1 e 3 e respetivas respostas são remetidos, através da plataforma eletrónica, a todos os concorrentes.

ARTIGO 19.º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 1 - A adjudicação dos **LOTES 1, 2 e 3** serão segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa segundo a modalidade multifator, prevista na alínea a) do n.º 1 artigo 74.º do CCP, de acordo com a melhor relação qualidade/preço - tendo em conta a avaliação dos seguintes fatores, por ordem decrescente de importância:

a) **Fator Preço** = 60%

b) **Fator Qualidade** = 40%

- 1.2 - Os fatores que constituem o critério de adjudicação serão pontuados, de acordo com o seguinte:

a) **Fator Preço (FP)**

O fator “preço” será ponderado com 60% para cada artigo previsto no Anexo A do Caderno de Encargos.

A classificação das propostas relativamente a este fator será efetuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$FP = 60\% * (\text{Preço unitário base} / \text{Preço unitário proposto})$$

b) **Fator Qualidade (FQ)**

Os objetivos na avaliação da qualidade são os seguintes:

- Avaliar o nível de satisfação produzido pelo consumo de um produto alimentar, abrangendo várias componentes sensoriais, intrinsecamente ligadas entre si, que terão em consideração a percepção sobre o sabor;

O fator “qualidade” será ponderado com 40% da média da totalidade de referencias que compõe o procedimento, previsto no Anexo A do Caderno de Encargos, de acordo com a seguinte expressão:

$$FQ = 40\% * \text{Qualidade}$$

O subfactor a avaliar na qualidade será:

Sabor – 100%

Pretende-se que através do **sabor** haja um estímulo positivo do palato, e uma boa sensação gustativa, que nos permita avaliar se é o desejado, atingindo o nível de satisfação exigido.

Relativamente ao subfactor Sabor, a qualidade será avaliada de acordo com a percepção do júri (efetivo), relacionada com o seu conhecimento e experiência, e com a análise comparativa dos diferentes produtos em avaliação, nos termos previstos no **Anexo E do programa**.

O subfactor será avaliado com base na ponderação das classificações de: 0%mau + 15%suiciente + 35%bom + 50% muito bom, obtidas através de questionários preenchidos, na sequência da realização de provas organoléticas pelos membros do júri, com base em amostras entregues pelos concorrentes, que corresponde à seguinte fórmula:

Pontuação do subfactor **Sabor = 100% * (0%mau + 15%suiciente + 35%bom + 50% muito bom)**

Serão apenas admitidas as propostas cuja pontuação na avaliação do fator sabor, seja maior ou igual a 2 pontos.

Assim, A adjudicação da proposta terá por base a proposta economicamente mais vantajosa, que é aquela que tenha a melhor relação preço/qualidade o que corresponderá à que obtiver o maior valor numérico após a aplicação da seguinte fórmula: **Fator Preço (FP) + Fator Qualidade (FQ)**

Classificação final = FP + FQ

1.3 – A adjudicação dos **LOTES 4 a 8** será de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade **monofator**, de acordo com a qual o critério de adjudicação é designado pelo **preço**, prevista na alínea b) do n.º 1 artigo 74.º do CCP.

2 - A adjudicação é feita individualmente ao nível de cada um dos lotes/artigo/produto definido no **Anexo A** do Caderno de Encargos, nos termos do artigo 73.º, n.º 2, do CCP, pelo que os concorrentes devem apresentar a sua proposta, em função do lote que estejam interessados, podendo ser apresentada proposta para um só dos lotes ou uma proposta para vários lotes, podendo ser adjudicados 1 ou mais do que um lote a cada adjudicatário.

3 – Em caso de empate:

- Nos **lotes 1, 2, e 3** será adjudicada a proposta que tiver o melhor resultado na classificação num dos seguintes parâmetros/subfactores, aplicados sucessivamente pela seguinte ordem de preferência:

- a) Preço unitário proposto mais baixo para o lote em causa;
- b) Sabor para o lote em causa

Em caso de persistir o empate, será adjudicada a proposta na sequência de sorteio de “bola branca”.

- Nos **lotes 4 a 8**, será seleccionada a proposta na sequência de sorteio de “bola branca”.

O sorteio de “bola branca” ocorrerá presencialmente com os representantes dos concorrentes, devidamente credenciados, do qual se lavrará ata assinada por todos os presentes, e obedecerão às seguintes regras:

- a) Os sorteios realizar-se-ão nos SASUM, na morada indicada no artigo 2.º do programa;
- b) Todos os concorrentes serão notificados para a realização dos sorteios, do dia e da hora, para que possam estar presentes, devendo os seus representantes estar devidamente habilitados para o efeito;
- c) A notificação é feita, por escrito, com um mínimo de 3 dias úteis de antecedência face à data de realização dos sorteios;
- d) Os sorteios decorrerão na presença dos membros efetivos do júri e dos representantes dos concorrentes, devendo ser lavrada ata a assinar por todos os presentes;
- e) Em caso de falta de qualquer um dos representantes dos concorrentes ou recusa de retirada de bola, cuja proposta se encontre em situação de empate, um dos membros do júri, designado pelo Presidente do júri, retirará a bola em substituição do representante do concorrente que tiver faltado, ou se recusado a retirar a bola;
- f) Serão feitos sorteios em número idêntico às situações de empate que se verifiquem para a mesma posição de ordenação, após a aplicação dos anteriores critérios de desempate;
- g) No dia e hora dos sorteios, para cada sorteio serão colocadas as bolas num saco preto, sendo uma bola branca e todas as restantes laranja, num número total equivalente ao número de propostas em situação de empate na mesma posição de ordenação;
- h) Em cada sorteio, a primeira bola a ser retirada do saco será efetuada pelo representante do concorrente cuja proposta foi apresentada mais cedo, e as seguintes na mesma ordem;
- i) Cada sorteio iniciar-se-á pelo desempate das propostas em situação de empate por posição de ordenação por ordem decrescente, ou seja, primeiro realizar-se-á o sorteio para o desempate das propostas ordenadas no 1.º lugar e assim sucessivamente, após a finalização do sorteio, em caso de

persistir empate na mesma posição de ordenação ou em outra posição de ordenação, repete-se o processo de sorteio referido na alínea anterior;

j) Após a realização de cada sorteio, para cada posição de ordenação em que existam propostas empatadas, ficará ordenada em 1.º lugar, a proposta do representante do concorrente que retirou a bola branca,

k) Se após a realização do sorteio, na mesma posição de ordenação existirem mais do que duas propostas em situação de empate, o júri procederá a um novo sorteio idêntico ao anterior para as propostas que se encontram na situação de empate nesta fase, e assim sucessivamente até se obter desempate de todas as propostas.

4 – Se houver mais do que um artigo adjudicado a uma entidade, somente será celebrado um único contrato, daí resultando obrigações idênticas para cada uma das prestações relativas ao artigo/lote em causa.

5 - No caso em que todas as propostas tenham sido excluídas, nos **lotes 1, 2 e 3**, pode-se excecionalmente e por motivos de interesse público **adjudicar a proposta que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP (que o preço contratual seria superior ao preço base) e cujo preço não exceda em mais de 20 % o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação.**

ARTIGO 20.º

RELATÓRIO PRELIMINAR

1 – Após a análise das propostas, conforme artigo 139.º do CCP e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um Relatório Preliminar, conforme artigo 146.º do CCP, no qual deve propor a ordenação das mesmas, podendo ainda **propor a exclusão** de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos seguintes motivos:

- a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
- c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
- d) **Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no artigo 8.º do presente programa;**
- e) Que **não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 8.º ou no artigo 11.º** do presente programa;
- f) Que sejam apresentadas como variantes;
- g) Que não observem as formalidades do **modo de apresentação das propostas fixadas no artigo 9.º** do presente programa, de acordo com o disposto no artigo 62.º, do CCP;

- h) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações.

2 - São, igualmente, excluídas as propostas cuja análise revele:

- a) Que não apresentam algum dos atributos ou algum dos termos ou condições, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 8.º, do presente programa;
- b) Que apresentam atributos que violam os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violam aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º do CCP;
- c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- d) A não entrega da amostra, ou entrega de amostra sem a respetiva ficha técnica, constitui motivo de exclusão.
- e) Que o **preço contratual seja superior ao preço base unitário previsto no Caderno de Encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 19.º deste programa;**
- f) Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenha sido considerado;
- g) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- h) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
- i) Nos **lotes 1, 2 e 3, serão excluídas as propostas cuja pontuação na avaliação do fator sabor, seja menor a 2 pontos**, de acordo com o estipulado no artigo 19.º ponto 1.

3 - A exclusão de quaisquer propostas com fundamento no disposto na alínea e) do número anterior, bem como a existência de indícios de práticas restritivas do comércio, ainda que não tenham dado origem à exclusão da proposta, serão comunicadas à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

4 - A exclusão de quaisquer propostas com fundamento no disposto na alínea g) do n.º 2, bem como a existência de indícios de práticas restritivas da concorrência, ainda que não tenham dado origem à exclusão da proposta, serão comunicadas à Autoridade da Concorrência.

5 - A exclusão de quaisquer propostas com fundamento no disposto na alínea e) do n.º 2, devido ao facto do operador económico ter obtido um auxílio estatal e não poder provar que o mesmo é compatível com o mercado interno na aceção do artigo 107.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, deve ser comunicada à Autoridade da Concorrência e, quando o anúncio do respetivo procedimento tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia, também à Comissão Europeia.

ARTIGO 21.º

AUDIÊNCIA PRÉVIA

1 – Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, **não inferior a cinco dias úteis**, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

2 - Durante a fase de audiência prévia, cada concorrente tem acesso às atas e às informações e comunicações escritas de qualquer natureza que estes tenham prestado, bem como às versões finais integrais das propostas apresentadas.

3 – Relativamente aos **lotes 4 a 8** - no período de audiência prévia, será o concorrente ordenado em 1.º lugar, notificado para apresentar a **Ficha Técnica** em questão, de forma a se verificar as especificações técnicas definidas no caderno de encargos.

A não entrega da ficha técnica, é motivo de exclusão. Se da análise da ficha técnica se verificar que a mesma não cumpre com as especificações técnicas definidas no caderno de encargos, a proposta será excluída.

ARTIGO 22.º

RELATÓRIO FINAL

1 – Cumprido o disposto no artigo anterior, e conforme artigo 148.º do CCP, o júri elabora um Relatório Final, fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo 20.º do presente programa.

2 – No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

3 – O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

4 – Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

ARTIGO 23.º

DEVER DE ADJUDICAÇÃO

Sem prejuízo das causas de não adjudicação previstas no n.º 1 do artigo 79.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.

ARTIGO 24.º

NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

1 - A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, acompanhada do Relatório Final de análise das propostas.

2 - Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 27.º a 29.º do presente programa;
- b) Prestar caução, se esta for devida no respetivo contrato pelo facto de o preço contratual ser igual ou superior ao limite definido nos termos da lei, indicando expressamente o seu valor;
- c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- d) Se pronunciar sobre a minuta de contrato, quando este for reduzido a escrito;
- e) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.

ARTIGO 25.º

CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO

1 - Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.

2 - A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

3 - Quando o órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com fundamento no disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1, a entidade adjudicante deve indemnizar os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respetivas propostas.

ARTIGO 26.º

REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de não adjudicação prevista no artigo anterior determina a revogação da decisão de contratar.

ARTIGO 27.º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - O adjudicatário deve apresentar reprodução no prazo **máximo de 5 dias**, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo B** ao presente programa e do qual faz parte integrante;
- b) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b) e h) do artigo 55º do CCP; (registo criminal da entidade adjudicatária bem como de todos os titulares, em caso de pessoa coletivas);
- c) Documento comprovativo passado pela Repartição de Finanças ou documento comprovativo de autorização de consulta de se encontrar em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português, ou ao estado de que seja nacional;
- d) Documento comprovativo emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social ou documento comprovativo de autorização de consulta de se encontrar em situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou no estado de que seja nacional;
- e) Certidão do Registo Nacional de Pessoas Coletivas (só para pessoas coletivas) ou indicação do código de acesso à certidão permanente, caso ainda não tenha entregue na fase de apresentação da proposta;
- f) Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)** - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto ou o respetivo código de acesso (o preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>).
- g) Documento, assinado por técnico responsável, que comprove a implementação de um Sistema de **HACCP**, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 852/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, e o Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2002.

2 - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste programa, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

ARTIGO 28.º

IDIOMA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1- Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 2- Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

ARTIGO 29.º

MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - Os sobreditos documentos deverão ser apresentados, nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP, através da **plataforma eletrónica**, ou no caso desta se encontrar indisponível, enviado para o e-mail contratacao-dcf@sas.uminho.pt.

2 - Quando os documentos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º do presente programa se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar aos SASUM o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido *síte* e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

3 - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

ARTIGO 30.º

APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR AGRUPAMENTOS

Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos no n.º 1 do artigo 27.º do presente programa devem ser apresentados por todos os seus membros.

ARTIGO 31.º

NOTIFICAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os documentos de habilitação que devem ser apresentados pelo adjudicatário serão disponibilizados na plataforma eletrónica a todos os concorrentes.

ARTIGO 32.º

NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - A **adjudicação caduca** se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado no n.º 1 do artigo 27.º do presente programa;
- b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 2 do artigo 27.º do presente programa;
- c) Redigidos em língua portuguesa ou, no caso previsto no n.º 2 artigo 28.º do presente programa, acompanhados de tradução devidamente legalizada.

2 - Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe o prazo de 3 dias úteis para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

3 - Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar concede, em função das razões invocadas, o prazo de 3 dias úteis para a apresentação dos documentos em falta ou supressão das irregularidades detetadas, sob pena de caducidade da adjudicação.

4 - Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

ARTIGO 33.º

FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo anterior.

ARTIGO 34.º

CAUÇÃO

1 – Atendendo a que o preço contratual é inferior a 500.000€, não será exigida caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

2 - Contudo, para garantir a celebração do contrato, bem como, o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais contratuais que assume com essa celebração, à entidade adjudicante em caso de incumprimento reserva-se o direito de reter 10% do valor dos pagamentos a efetuar de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 88º do CCP.

ARTIGO 35.º

CONTRATO A CELEBRAR

1 – Salvo nos casos de inexigibilidade e dispensa, previstos no artigo 95.º do CCP, o contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um **clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.**

2 - Nos casos em que a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, a respetiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar.

ARTIGO 36.º

AJUSTAMENTOS AO CONTEÚDO DO CONTRATO A CELEBRAR

1 - O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.

2 - Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:

- a) A violação dos parâmetros base fixados no caderno de encargos nem a dos aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
- b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.

ARTIGO 37.º

NOTIFICAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1 - Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo anterior.

2 - A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou **quando não haja reclamação nos 5 dias** subsequentes à respetiva notificação.

ARTIGO 38.º

RECLAMAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1 - As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

2 — No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão.

3 — Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

ARTIGO 39.º

NOTIFICAÇÃO DOS AJUSTAMENTOS AO CONTRATO

Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

ARTIGO 40.º

OUTORGA DO CONTRATO

1 - A outorga do contrato deve ter lugar no prazo máximo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, **mas nunca antes de:**

- a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Confirmados os compromissos referidos no artigo 92.º do CCP.

2 - O disposto na alínea a) do número anterior não é aplicável quando:

a) Quando o anúncio não tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia;

b) Só tenha sido apresentada uma proposta.

3 – A outorga do contrato será com a aposição de assinaturas eletrónicas, através da plataforma eletrónica usada na tramitação do procedimento, de acordo com o n.º 1 do artigo 94.º do CCP.

ARTIGO 41.º

NÃO OUTORGA DO CONTRATO

1 - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixado para a outorga do contrato, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 4.º do presente programa.

2 - Se, por facto que lhe seja imputável, os SASUM não outorgarem o contrato no prazo previsto no n.º 1 do artigo anterior, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta.

3 - No caso previsto no número anterior, o adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

ARTIGO 42.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime constante no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar e a lei geral aplicável na circunstância, nacional e comunitária.



Universidade do Minho

Serviços de Acção Social

**ANEXOS AO
PROGRAMA DE CONCURSO**

**CONCURSO PÚBLICO N.º 004/2022
AQUISIÇÃO DE CAFÉ, POR LOTES**

ANEXO A

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO

1 — _____ (nome), portador do bilhete de identidade n.º _____ residente _____, na qualidade de representante legal de (1) _____ (firma), com o número de identificação fiscal _____ e sede _____ ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento **CP 004/2022-Aquisição de café por lotes**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Braga, ____/____/ 2022

[assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO B

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO

1 _____ (nome), portador do bilhete de identidade n.º _____ residente _____, na qualidade de representante legal de (1) _____ (firma), com o número de identificação fiscal _____ e sede _____ ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes, adjudicatário(a) no procedimento **CP 004/2022– Aquisição de café por lotes**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontrar em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Braga, ____/____/ 2022

[assinatura (5)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO C - PROCEDIMENTOS ASSOCIADOS à AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

ENTREGA DE AMOSTRAS

1. O concorrente, deverá entregar amostras de cada um dos artigos para cujo fornecimento o mesmo apresenta proposta, **no decorrer do prazo apresentado para apresentação das propostas**, no *Campus* de Gualtar, em Braga, relativamente aos lotes/artigos conforme definido no artigo 19.º do programa do procedimento.
2. O subfactor **sabor** que integra o fator qualidade dos artigos será avaliado com base na amostra entregue e por meio de prova organolética;
3. As provas referidas realizar-se-ão de acordo com o determinado no ponto 6, pelos elementos do júri do procedimento e restantes elementos designados pelo Administrador dos SASUM, num total de 10 provadores, podendo ser clientes aleatórios da unidade alimentar onde se realizará a prova organolética.
4. Após a realização das provas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora um Relatório Preliminar fundamentado.
5. A **ficha técnica** poderá ser entregue aquando a amostra, ou, até 5 dias após solicitação do júri, sob pena de exclusão.

6. Processo de avaliação de amostras:

- 6.1. No caso da avaliação de todos os subfactores da qualidade que dependam de entrega de amostra:
 - As amostras serão identificadas, de acordo com a sua ordem de entrada nos Serviços de Acção Social da Universidade do Minho, de A até Z, por um elemento externo aos membros do júri;
 - Serão posteriormente disponibilizadas de forma sequencial numa bancada para a avaliação;
 - Cabe ao júri garantir que as amostras dos bens entregues estão desprovidas de quaisquer rótulos ou sinais que permitam o seu reconhecimento;
 - Do processo deve ser elaborada uma ata pelo júri, a assinar por todos os elementos do painel de provadores, que fará parte integrante da análise das propostas;
- 6.2. No caso da avaliação dos subfactores referidos no n.º 2 será feita da seguinte forma:
 - Existirá um questionário onde cada lote/produto será classificado de “Muito Bom”, “Bom”, “Suficiente” e “Mau”;
 - Cada elemento do painel de provadores deverá preencher o questionário no momento da realização da prova;
 - O elemento do painel de provadores classifica, de acordo com a grelha de classificação, as diferentes amostras;
 - Os questionários serão quantificados e tratados para aferição de resultados;
 - Os resultados servirão de base à avaliação qualitativa.

ANEXO D - MODELO DE QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

CP 004/2022 – AQUISIÇÃO DE CAFÉ, POR LOTES

Ex: Avaliação subfactor da qualidade:

Sabor – 100%

Avaliação: mau ; suficiente ; bom; muito bom

Produto	Fornecedor				
	A	B	C	D	E
produto/artigo a					
produto/artigo b					
produto/artigo ...					
produto/artigo ...					

ANEXO E - GUIA DE ENTREGA DE AMOSTRAS

(A preencher pelo concorrente)

_____ (Designação do concorrente), com sede em
_____, com o NIF
_____ entregou nos Serviços de Acção Social da Universidade do Minho, no Campus de Gualtar, Braga,
as amostras descritas em baixo, para o **CP 004/2022 – AQUISIÇÃO DE CAFÉ, POR LOTES.**

Artigo	Produto	Un.	Quant.	Ficha técnica e Rotulagem S/N
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

Braga, ____/____/ 20__

Assinatura

(A preencher pelo representante do adjudicatário)

Amostras do concorrente: _____ (designação do
concorrente)

Quantidade: _____ Hora e data de receção: ____ h ____ do dia ____ / ____ / ____

Identificação do portador: _____, Documento de Identificação. n.º
_____, validade ____ / ____ / ____.

Braga, ____/____/ 20__

(Assinatura

(de

quem

recebe)) _____

ANEXO F - CONSULTA PRELIMINAR AO MERCADO

No âmbito do planeamento procedimental, realizou-se uma consulta preliminar ao mercado, nos termos do artigo 35.ºA do CCP, na sua redação atual, de forma a determinar o preço base.

A consulta realizou-se por correio eletrónico, através do qual se interpelou alguns agentes económicos no sentido de apresentarem orçamento, de acordo com as especificações técnicas.

A escolha dos agentes económicos foi feita com base no histórico da base de dados dos SASUM.

Responderam à nossa solicitação as entidades mencionadas em baixo:

Nestlé:

De: Eira, Domingos, PT- Sao Mamede Infesta Porto [mailto:Domingos.Eira@pt.nestle.com]

Enviada: 27 de janeiro de 2022 06:24

Para: Liliana Laranjeira <l.laranjeira@sas.uminho.pt>

Cc: Rodrigues, Bernardo, PT- Sao Mamede Infesta Porto <Bernardo.Rodrigues@pt.nestle.com>

Assunto: pedido cotação

Importância: Alta

Meltino Cafés:

De: Lara Gonçalves | Meltino Cafés [mailto:lara.goncalves@meltino.com]

Enviada: 26 de janeiro de 2022 15:55

Para: l.laranjeira@sas.uminho.pt

Cc: Ezequiel Ribeiro | Meltino Cafés <ezequiel.ribeiro@meltino.com>; Ilídio Santos | Meltino Cafés <ilidio.santos@meltino.com>

Assunto: FW: pedido cotação

Delta Cafés:

De: Sofia Leitão [mailto:sofia.leitao@delta-cafes.pt]

Enviada: 20 de janeiro de 2022 17:06

Para: 'Liliana Laranjeira' <l.laranjeira@sas.uminho.pt>

Cc: Jorge Nicola <jorge.nicola@delta-cafes.pt>

Assunto: RE: pedido cotação